



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVIII — Nº 81

SEGUNDA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1993

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PAGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	7717
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	7748
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	7752
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	7876
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	7927
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	7930
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — Conselho Federal.....	7931
EDITAIS E AVISOS.....	7932

Supremo Tribunal Federal

Presidência

PORTARIAS DE 29 DE ABRIL DE 1993

O MINISTRO SYDNEY SANCHES, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO 19.314-3,

R E S O L V E nomear ENIO LUIS GOLFETTO, nos termos do artigo 9º, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Atendente Judiciário, Classe "C", Código STF-AJ-025, Padrão V, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, em vaga decorrente da exoneração de Teresa Cristina Mesquita Nogueira.

O MINISTRO SYDNEY SANCHES, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO 19.139-6,

R E S O L V E nomear MARIA ALDA DE SOUZA, nos termos do artigo 9º, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de Bibliotecário, Classe "D", Código STF-NS-723, Padrão IV, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, em vaga decorrente da aposentadoria de Maria Clementina Rosa.

MINISTRO SYDNEY SANCHES

DISTRIBUIÇÃO

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA.....AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1993, PRESIDENTE O EXMO. SR. MIN. SYDNEY SANCHES (ART. 66, RTSTF).
FOFAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 864
PROCED. :ADI - 12938 - STF
ORIGEM :RIO GRANDE DO SUL
RELATOR :MIN. MOREIRA ALVES
REQTE. :GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ADV. :GABRIEL PAULI FADEL E OUTRO
REQDO. :ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REDISTRIBUIDO POR PREVENCAO

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 865
PROCED. :ADI - 12993 - STF
ORIGEM :PARANÁ
RELATOR :MIN. CELSO DE MELLO
REQTE. :PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA
REQDO. :GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
REQDO. :ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 866
PROCED. :ADI - 13166 - STF
ORIGEM :SERGIPE
RELATOR :MIN. CARLOS VELLOSO
REQTE. :CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TRABALHADORES POLICIAS CIVIS-COBRAPOL
ADV. :EDUARDO MONTEIRO VERY
REQDO. :GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE
REQDO. :ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 152961
PROCED. :AC - 881562 - TJE
ORIGEM :MINAS GERAIS
RELATOR :MIN. FRANCISCO REZEK
AGTE. :MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGDO. :MUNICIPIO DE VICOSA
ADV. :FRANCISCO CARLOS ALVES DA SILVA E OUTROS

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153089
PROCED. :RELEIT - 10732 - TSE
ORIGEM :BAHIA
RELATOR :MIN. NERI DA SILVEIRA
AGTE. :DIRETORIO REGIONAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO PTB
ADV. :PAULO ALVES DA SILVA E OUTROS
AGDO. :TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
DISTRIBUIDO/EXCLUSAO DE MINISTRO

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153119
PROCED. :AC - 1290895 - TRIB. ALPADA
ORIGEM :MINAS GERAIS
RELATOR :MIN. MOREIRA ALVES
AGTE. :UNIRANCO UNIAO NACIONAL DE RANCOJS BRASILEIRJS S/A
ADV. :PAULO HENRIQUE DE CARVALHO CHAMON E OUTROS
AGDO. :JORGE TEIXEIRA E OUTROS
ADV. :EDIVINO JOSE RATISTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153195
PROCED. :AG - 15852419 - TJE
ORIGEM :SAO PAULO
RELATOR :MIN. PAULO BROSSARD
AGTE. :USINA ACUCAREIRA PAREDAO S/A
ADV. :DENTSE ARAUJU DA SILVA COSTA E OUTROS
AGDO. :TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153196
PROCED. :AC - 16459610 - TJE
ORIGEM :SAO PAULO
RELATOR :MIN. SEPULVEDA PERTENCE
AGTE. :ESTADO DE SAO PAULO
ADV. :ELISABETE SILVA CAMPOS E OUTROS
AGDO. :ANTONIO LUCAS DOS SANTOS
ADV. :WILTON SOUZA

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153197
PROCED. :AC - 16447418 - TJE
ORIGEM :SAO PAULO
RELATOR :MIN. CARLOS VELLOSO
AGTE. :MUNICIPIO DE SAO PAULO
ADV. :ADRIANA CLAUDIA DELLA PASCHOA E OUTROS
AGDO. :LAUDELINO LUIZ SALATI MARCONDES E OUTROS
ADV. :CELIA MOLICA VILLAR

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153198
PROCED. :AC - 16174718 - TJE
ORIGEM :SAO PAULO
RELATOR :MIN. MARCO AURELIO
AGTE. :ESTADO DE SAO PAULO
ADV. :ELISABETE SILVA CAMPOS E OUTROS
AGDO. :RODOLFO FREDERICO DA SILVA
ADV. :CELITA MARIA SUARES GOMES E OUTROS

ADV. :
 AGDO. :
 ADV. : PEDRO DE ALCANTARA SILVA FILHO E OUTRO

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153200
 PROCED. : AC - 17005112 - TJE
 ORIGEM : SAO PAULO
 RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
 AGTE. : UNIVERSIDADE DE SAO PAULO USP
 ADV. : MARIA GARCIA E OUTROS
 AGDO. : RUTH LOUREIRO TAMARINDO E OUTROS
 ADV. : RICARDO ARANHA CAMPOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153201
 PROCED. : AC - 14075112 - TJE
 ORIGEM : SAO PAULO
 RELATOR : MIN. ILMAR GALVAD
 AGTE. : UNIVERSIDADE DE SAO PAULO USP
 ADV. : MARIA GARCIA E OUTROS
 AGDO. : ROBERTO NICOLAU ONDY E OUTROS
 ADV. : ANTONIO ROBERTO SANDOVAL FILHO E OUTROS

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153202
 PROCED. : AC - 16294110 - TJE
 ORIGEM : SAO PAULO
 RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO
 ADV. : ADRIANA MOTTA E OUTROS
 AGDO. : APARECIDA CAMPOS SALES E OUTROS
 ADV. : VINCICIUS PINTO MAGALHAES E OUTRO

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153203
 PROCED. : AC - 15923111 - TJE
 ORIGEM : SAO PAULO
 RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO
 ADV. : ANGELA M T L PACHECO DI FRANCESCO E OUTROS
 AGDO. : DARCIO BOMBONATTI E OUTROS
 ADV. : ANTONIO ROBERTO SANDOVAL FILHO E OUTROS

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153204
 PROCED. : MS - 1053 - TJE
 ORIGEM : MATO GROSSO
 RELATOR : MIN. ILMAR GALVAD
 AGTE. : ESTADO DE MATO GROSSO
 ADV. : CARLOS TEODORO J HUGUENFY IRIGARAY
 AGDO. : PERPETUA RODRIGUES DA SILVA E OUTROS
 ADV. : LUIZ ORIONE NETO

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153205
 PROCED. : RCR - 657 - TRE
 ORIGEM : SAO PAULO
 RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA
 AGTE. : APARECIDO NINO CARETA
 ADV. : JOSE ALVES E OUTROS
 AGDO. : TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153206
 PROCED. : MS - 985 - TJE
 ORIGEM : MATO GROSSO
 RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
 AGTE. : ESTADO DE MATO GROSSO
 ADV. : CARLOS TEODORO J HUGUENFY IRIGARAY
 AGDO. : DULCINEIA CORREA DA COSTA E OUTRO
 ADV. : ANTONIO PLINIO DE BARROS ARAUJU

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153207
 PROCED. : MS - 4477 - TJE
 ORIGEM : SANTA CATARINA
 RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
 AGTE. : VERA ALICE SENS PERING
 ADV. : LUIZ CLAUDIO FRITZEN E OUTROS
 AGDO. : ESTADO DE SANTA CATARINA
 ADV. : FRANCISCO GUILHERME LASKE

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153208
 PROCED. : MS - 4075 - TJE
 ORIGEM : SANTA CATARINA
 RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
 AGTE. : ADILSEIA SABINO
 ADV. : LUIS CLAUDIO FRITZEN E OUTROS
 AGDO. : ESTADO DE SANTA CATARINA
 ADV. : FRANCISCO GUILHERME LASKE

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153209
 PROCED. : AC - 1315327 - TRIB. ALÇADA
 ORIGEM : MINAS GERAIS
 RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
 AGTE. : SUPERGESSO LTDA
 ADV. : MARCIO JOSE DE SOUZA E OUTRO
 AGDO. : SEBASTIAO DE OLIVEIRA
 ADV. : CASSANDRA RAQUEL PEREIRA E OUTROS

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153210
 PROCED. : AC - 1304710 - TRIB. ALÇADA
 ORIGEM : MINAS GERAIS
 RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
 AGTE. : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
 ADV. : ELUIZ GERALDO BISPO E OUTROS
 AGDO. : KARTIN LTDA
 ADV. : ADEBAL ESTEVES

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153211
 PROCED. : MS - 3921 - TJE
 ORIGEM : SANTA CATARINA
 RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
 AGTE. : DULCENARI VIDI
 ADV. : LUIS CLAUDIO FRITZEN E OUTROS
 AGDO. : ESTADO DE SANTA CATARINA
 ADV. : FRANCISCO GUILHERME LASKE

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153212
 PROCED. : MS - 4279 - TJE
 ORIGEM : SANTA CATARINA
 RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
 AGTE. : MICHELI KLAUBERG
 ADV. : LUIS CLAUDIO FRITZEN E OUTROS
 AGDO. : ESTADO DE SANTA CATARINA
 ADV. : FRANCISCO GUILHERME LASKE

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153213
 PROCED. : AC - 1135499 - TRIB. ALÇADA
 ORIGEM : MINAS GERAIS
 RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD
 AGTE. : BANCO SOGERAL S/A
 ADV. : ANTONIO CARLOS MUNIZ E OUTROS
 AGDO. : COMERCIAL JHEV'S LTDA E OUTROS
 ADV. : VITTON JOSE DE MOJRA

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153214
 PROCED. : AG - 590081410 - TJE
 ORIGEM : RIO GRANDE DO SUL
 RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
 AGTE. : FAROL S/A INDUSTRIA GAUCHA DE FARELOS E OLEOS
 ADV. : DARCIO VIEIRA MARQUES
 AGDO. : BANCO NORDESTE S/A
 ADV. : ALBERTO MARTINS BRENTANO E OUTROS

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153215
 PROCED. : RESP - 262311 - STJ
 ORIGEM : SAO PAULO
 RELATOR : MIN. FRANCISCO REZEK
 AGTE. : UNIAO FEDERAL
 ADV. : PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
 AGDO. : TAKIPLAS INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA
 ADV. : DIRCEU FREITAS FILHO E OUTROS

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153216
 PROCED. : AC - 258810188 - TJE
 ORIGEM : GOIAS
 RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
 AGTE. : BANCO BRADESCO S/A
 ADV. : JOSE ROBERTO DE SOUZA SILVEIRA E OUTROS
 AGDO. : JOSE DILMA MACIEL
 ADV. : JOAQUIM ALVES DE CASTRO

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 153217
 PROCED. : MS - 28353 - TJE
 ORIGEM : GOIAS
 RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
 AGTE. : AUGUSTOS HOTEL LTDA E OUTROS
 ADV. : MARCIA ELIETE DE CAPVALHO E OUTROS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN
 SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604-900 - Brasília/DF
 Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
 Telex: (061) 1356
 CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
 Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
 Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I.

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
 Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
 Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 1.040.000,00	Cr\$ 283.000,00	Cr\$ 947.000,00	Cr\$ 1.050.000,00	Cr\$ 1.663.000,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 596.640,00	Cr\$ 294.360,00	Cr\$ 526.020,00	Cr\$ 596.640,00	Cr\$ 1.081.080,00
Aéreo	Cr\$ 1.435.500,00	Cr\$ 707.520,00	Cr\$ 1.435.500,00	Cr\$ 1.435.520,00	Cr\$ 2.600.400,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM
 Telefone: (061) 226-6812
 Horário: 7:30 às 19:00 horas

REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : MAURICIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA
 ADVOGADO : Dr(a). ROSANGELA MARMORA
 RECORRIDO : CAMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS
 ADVOGADO : Dr(a). SONIA REGINA FRANCO

PROCESSO : RR 062006 / 92 - 7 . TRT DA 09a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
 ADVOGADO : Dr(a). ADRIANA BASSO
 RECORRIDO : GERALDO TAPAROSKI
 ADVOGADO : Dr(a). GERALDO CARLOS DA SILVA

PROCESSO : RR 062159 / 92 - 0 . TRT DA 09a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSÉ CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO
 RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
 ADVOGADO : Dr(a). ROSANGELA APARECIDA DE MELO
 RECORRIDO : AROLDO COSTA
 ADVOGADO : Dr(a). MARTINS GATI CAMACHO

PROCESSO : RR 062332 / 92 - 3 . TRT DA 15a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSÉ CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO
 RECORRENTE : ROSEMARY DE BRITO SCARPA
 ADVOGADO : Dr(a). MARCOS ANTONIO DE BARROS
 RECORRIDO : SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE LIMEIRA - SAAE
 ADVOGADO : Dr(a). CELSO APARECIDO N. VIANNA

PROCESSO : RR 062998 / 92 - 6 . TRT DA 06a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 REVISOR : MIN. JOSÉ CARLOS DA FONSECA
 RECORRENTE : GASPAS GERALDO VIE E SILVA (ENGENHO SÃO DOMINGOS)
 ADVOGADO : Dr(a). RODOLFO PESSOA DE VASCONCELOS
 RECORRIDO : CICERO JOSE FERREIRA
 ADVOGADO : Dr(a). JOSADAC MIGUEL DOS SANTOS

PROCESSO : RR 064327 / 92 - 0 . TRT DA 02a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BRAKOFIX S/A - INDUSTRIA E COMERCIO
 ADVOGADO : Dr(a). ANA MARIA FERREIRA
 RECORRIDO : MARCILIO MAZELI
 ADVOGADO : Dr(a). PEDRO LUIZ LEÃO VELLOSO EBERT

PROCESSO : RR 064497 / 92 - 8 . TRT DA 11a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL

RECORRENTE : JOAO MORAIS CHAVES
 ADVOGADO : Dr(a). ROSIVALDO PEREIRA DA SILVA
 RECORRIDO : EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - EMBRAPA
 ADVOGADO : Dr(a). AROLDO FIGUEIREDO

PROCESSO : RR 064882 / 92 - 8 . TRT DA 03a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO ITAU S/A
 ADVOGADO : Dr(a). ANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA
 RECORRIDO : LOURDES ANDREA AGUIAR E SILVA
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO EDUALDO ROCHA

PROCESSO : RR 064989 / 92 - 5 . TRT DA 09a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : MESBLA LOJAS DE DEPARTAMENTOS S/A
 ADVOGADO : Dr(a). HELIO GOMES COELHO JUNIOR
 RECORRIDO : ANA VERONICA DA SILVA PIRES
 ADVOGADO : Dr(a). CLAIR DA FLORA MARTINS

PROCESSO : RR 065116 / 92 - 7 . TRT DA 04a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : VACCHI S/A - INDUSTRIA E COMERCIO
 ADVOGADO : Dr(a). EDSON MORAIS GARCEZ
 RECORRIDO : ANAIR DA SILVA
 ADVOGADO : Dr(a). ADALBERTO PINTO DE AZEVEDO

PROCESSO : RR 065133 / 92 - 1 . TRT DA 06a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : COMPANHIA ACUCAREIRA DE GOIANA
 ADVOGADO : Dr(a). IVANILDA FERREIRA ALVES
 RECORRIDO : JOAO FRANCISCO DA SILVA
 ADVOGADO : Dr(a). EDUARDO JORGE GRIZ

PROCESSO : RR 065581 / 92 - 3 . TRT DA 09a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : MARCOS LINHARES
 ADVOGADO : Dr(a). DALVA DILMARA RIBAS
 RECORRIDO : INDUSTRIA DE PAPELÃO HORLLE LTDA
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO FRANCISCO C. ATHAYDE

OS PROCESSOS CONSTANTES DESTA PAUTA QUE NÃO FOREM JULGADOS NA SESSÃO A QUE SE REFEREM, FICAM AUTOMATICAMENTE ADIADOS PARA AS PROXIMAS QUE SE SEGUIREM, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA PUBLICAÇÃO.

MÁRCIO ANTERO DE CARVALHO
 Diretor da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATOS DE 28 DE ABRIL DE 1993

O TENENTE-BRIGADEIRO-DO-AR CHERUBIM ROSA FILHO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, resolve

10.396 - EXONERAR, a partir de 1º MAI 93, a Drª SUELY MATTOS DE ALENCAR do cargo de provimento em comissão de Secretário do Tribunal Pleno, código STM-DAS-102.5, com fundamento no artigo 35, inciso II, da Lei nº 8.112/90.

10.397 - NOMEAR, nos termos do artigo 92, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90, o Dr. CARLOS AURELIANO MOTA DE SOUZA para exercer, em vaga decorrente da exoneração da Drª Suely Mattos de Alencar, o cargo de provimento em comissão de Secretário do Tribunal Pleno, código STM-DAS-102.5, previsto na Lei nº 6.889, de 11 DEZ 80. Em consequência, fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete de Ministro, código STM-DAS-101.5, junto ao Gabinete da Presidência.

TEN BRIG AR CHERUBIM ROSA FILHO

ATA DA SESSAO SOLENE, EM 19 DE MARÇO DE 1993 - SEXTA-FEIRA
 PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira, Eduardo Pires Gonçalves, José do Cabo Teixeira de Carvalho e Antônio Joaquim Soares Moreira.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suely Mattos de Alencar.

Às 17:00 horas, o Exmº Sr Ministro-Presidente declarou aberta a Sessão Solene destinada à posse dos Exmºs Senhores Ministros Tenente-Brigadeiro-do-Ar CHERUBIM ROSA FILHO, no cargo de Presidente do Superior Tribunal Militar, e Doutor EDUARDO PIRES GONÇALVES, no cargo de Vice-Presidente, eleitos em Sessão Administrativa realizada em 17 de fevereiro do ano em curso.

Presentes à solenidade as seguintes autoridades e representantes: Exmº Sr Dr MAURÍCIO JOSÉ CORRÊA, Ministro de Estado da Justiça, representando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República; Exmºs Srs Drs JEAN BERNARD OUVRIEU, Embaixador da França; ANDREAS SOMOGYI, Embaixador da Áustria; OCTÁVIO GALLOTTI, Vice-Presidente, no exercício da Presidência do STF; Alte Eq IVAN DA SILVEIRA SERPA, Ministro de Estado da Marinha, Gen Ex BENEDITO ONOFRE BEZERRA LEONEL, Chefe do Estado-Maior do Exército, representando o Exmº Sr Ministro de Estado do Exército; Ten Brig do Ar LÉLIO VIANA LOBO, Ministro de Estado da Aeronáutica; Gen Ex ANTÔNIO LUIZ ROCHA VENEU, Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Ten Brig do Ar OCTÁVIO JÚLIO MOREIRA LIMA; Dr LUIZ ALBERTO DA SILVA, Consultor da União, representando o Exmº Sr Advogado Geral da União; Dr PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO, Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Senador JOSÉ RICHÁ; Deputados Federais MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES, JOÃO BAPTISTA FAGUNDES e JOSÉ LUIZ BARBOSA CLEROT; Vice-Alte PAULO AUGUSTO GARCIA DUMONT, Vice-Chefe do EMFA, representando o Chefe do EMFA; Generais-de-Exército CLÓVIS JACY BURMANN, LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA e LUIZ GUILHERME DE FREITAS COUTINHO; General-de-Exército (RRm) ADHEMAR DA COSTA MACHADO; Tenentes-Brigadeiros-do-Ar SÉRGIO LUIZ BURGER, MÁRCIO NOBREGA AYROSA MOREIRA, IVAN MOACYR FROTA, LINO PEREIRA, MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA, CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA e ULYSSES PINTO CORREA NETO; Dr WILLIAM ANDRADE PATTERSON, representando o Ministro-Presidente do STJ; Dr CARLOS ÁTILA ALVARES DA SILVA, Presidente do Tribunal de Contas da União; Dr ADEMAR PALADINI GUIZI, Ministro do TCU; Dr MARCELO PIMENTEL, Ministro do TST; Dr WAGNER PIMENTA, Ministro do TST; Gen Ex DILERMANDO GOMES MONTEIRO, Ministro Aposentado do STM; Tenentes-Brigadeiros do Ar (RRm) ALFREDO HENRIQUE DE BERENGUER CÉSAR e MÁRCIO THEREZINO DRUMMOND; General-de-Divisão LEONE DA SILVEIRA LEE; Maj Brig do Ar AJAX BARROS DE MELLO, ALCYR CAHET REBELLO, ANTÔNIO ALBERTO DE TOLEDO LOBÃO, JOSÉ ELISLANDE BAYO DE BARROS, JOÃO FELIPE DE SAMPAIO LACERDA JÚNIOR, ENIR DE SOUZA PINTO e EGON REINISCH; Maj Brig (RR) LAURO NEY MENEZES e SILAS RODRIGUES; C Alte JOSÉ CARLOS DA ROSA LUZITANO; Brigadeiros-do-Ar WALTER WERNER BRAVER, MARCUS HERNDL, PAULO COUTINHO DE ASSIS, FERNANDO MENDES NOGUEIRA, HENRIQUE MARINI E SOUZA, CARLOS OSCAR CRUZ FERREIRA, LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO e NORMANDO ARAÚJO DE MEDEIROS; Desembargadores do Tribunal de Justiça do DF: Dr JOÃO CARNEIRO DE ULHOA, Dr ROMEU BARBOZA JOBIM, Dr EDMUNDO MINERVINO DIAS e Dr VAZ DE MELLO; Dr AMAURI SERRALVO, representando o Exmº Sr Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do DF; Dr EDMUNDO FRANCA DE OLIVEIRA, Juiz-Auditor; Juizes Auditores Substitutos Drs CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES e ROBERTO MENNA BARRETO DE ASSUMPÇÃO; Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr MARCO ANTONIO PINTO BITTAR; Dr JOSÉ CARLOS COU TO CARVALHO; Dr KLEBER DE CARVALHO COELHO; Procuradores da Justiça Militar: Dr CARLOS FREDERICO OLIVEIRA PEREIRA, Dr VERA REGINA C A. ALVES BRANCO, Dr OCTÁVIO MAGALHÃES DO VABO, Dr JOÃO FERREIRA DE ARAÚJO e Dr MARIO SÉRGIO MARQUES SOARES; Cel PM EDES COSTA, Cmte da Polícia Militar do DF; Dr PAULO FRANCISCO MENDES, Prefeito Municipal de Sorocaba e demais autoridades civis e militares, o Ministro-Presidente fez o seguinte pronunciamento:

"Precisamente há 2 (dois) anos, em 19 de março de 91, dia de São José, padroeiro de minha terra natal - o Ceará, assumia eu o honroso cargo de Presidente do Superior Tribunal Militar atingindo, assim, o vértice de minha vida profissional. Distinção que nunca pensei alcançar, mas ao ser escolhido pelo Plenário da Corte para exercê-la, procurei fazê-lo com dignidade, operosidade e eficiência, visando sempre ao engrandecimento da Justiça Militar. Espero ter estado à altura do cargo e ter correspondido à confiança que em mim depositaram meus nobres pares.

- Foi com muito orgulho e devoção que presidi esta Casa e orientei, em nome de Vossas Excelências, senhores ministros, os trabalhos da Justiça Militar.

Neste momento, em que entrego solenemente o cargo de Presidente do STM ao meu caro amigo, Ministro ROSA FILHO, desejo referir-me exclusivamente, a três assuntos:

- Prestação de contas dos resultados obtidos pela administração que se despede;

- Agradecimento àqueles que com inteligência, competência e trabalho, propiciaram as condições para que a Presidência do STM bem exercitasse sua missão; e, finalmente,

- Desejar aos eminentes Ministros ROSA FILHO e EDUARDO PIRES GONÇALVES pleno sucesso na administração que hoje se inicia. Nós que os elegemos, em sessão realizada em 17 de fevereiro passado, temos a certeza de que estamos depositando o futuro da nossa Justiça Militar em mãos hábeis e competentes, que saberão, com serenidade, discernimento e segurança, conduzi-la nesta quadra difícil por que passa nosso país, particularmente na fase da revisão constitucional que se avizinha.

Ao assumir a Presidência, no discurso de posse, elei quatro objetivos principais que deveriam orientar a nossa administração:

- A elaboração dos novos Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar;
- A informatização de todo o sistema Judiciário e Administrativo da Justiça Militar;
- A reestruturação do STM e das Auditorias Militares; e
- A sistematização do treinamento e do aperfeiçoamento profissional de magistrados e de servidores da Justiça Militar. Asseguro-lhes que todos esses objetivos foram tenazmente perseguidos, alguns foram conquistados, outros o serão em breve.

- O futuro Código Penal Militar está em adiantado estágio de sua elaboração. A parte geral foi totalmente discutida e aprovada pela Corte. A parte especial está sendo elaborada no âmbito da comissão e será concluída a curto prazo.

- Para a elaboração do futuro Código de Processo Penal Militar foi nomeada a competente comissão, que aguarda a conclusão do Código Penal Militar para iniciar os trabalhos conjuntos.

- A informatização da Justiça Militar foi completada. Hoje dispomos de um plano de informática e de computadores, em todos os Gabinetes dos Ministros, nos principais órgãos da Presidência do Tribunal e nas 12 (doze) Circunscrições Judiciárias Militares, com a possibilidade de acessar o banco de dados do centro de informática do STM, dos outros Tribunais Superiores e do Congresso Nacional, com a utilização, inclusive, do sistema "REMPAC" de teleprocessamento. Vários sistemas aplicativos já estão implantados com referência especial para os de acompanhamento de processos, o de Jurisprudência e o de distribuição de processos.

- A reestruturação organizacional do STM e das Auditorias foi decidida pelo Tribunal e está sendo implantada, dependendo para sua conclusão de aprovação de Projeto de lei, de criação e extinção de cargos, em trâmite no Congresso Nacional.

- Os programas de aperfeiçoamento de magistrados e de treinamento de servidores são uma realidade.

Realizamos, em 1992, vários cursos e estágios para servidores e demos início ao programa de aperfeiçoamento de magistrados, inclusive com o estabelecimento do critério de escolha.

Além dessas metas, peço vênias para citar, também, os seguintes projetos que foram iniciados e implementados durante nossa administração:

- O estabelecimento de uma metodologia orçamentária e a institucionalização de plano de ação anual, visando a ordenar a elaboração, a execução e o acompanhamento físico e financeiro do orçamento da Justiça Militar. Este projeto está concluído;

- A realização do I Encontro de Magistrados da Justiça Militar, que reuniu, em Brasília, em outubro de 1992, os Juizes-Audidores e Juizes-Audidores Substitutos, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse comum nas áreas da prestação Jurisdicional e Administrativa da Justiça Castrense, de troca de experiências e idéias e de estreitar o relacionamento entre os integrantes de nossa organização. Para 1993, foram incluídos no orçamento os recursos necessários ao encontro de Diretores de Secretária;

- A construção de 2 (duas) escadas de incêndio no edifício-sede do STM, obra praticamente concluída;

- A construção de um auditório para o STM, que virá suprir uma lacuna evidenciada quando da realização de palestras, seminários, encontros e solenidades internas. Esta obra está planejada. O orçamento de 1993 consigna os recursos necessários à sua execução;

- A construção de novo salão de honra, que possibilitará, em futuro próximo, a mudança para o atual salão de honra da Secretária do Tribunal Pleno e, no lugar desta, a criação do museu da Justiça Militar já previsto na nova estrutura do STM. Esta obra está concluída;

- A reunião dos órgãos da Justiça Militar, sediados no Rio de Janeiro, em um mesmo prédio, situado na Praça da Bandeira. A inauguração das novas instalações se efetivou, solenemente, no dia 17 de março próximo passado, com a transferência da representação do STM. O prédio em questão, além da representação do Tribunal, abrigará, também, as 6 (seis) Auditorias Militares, a Representação da Procuradoria da Justiça Militar, a Associação dos Magistrados da Justiça Militar e a Associação dos Advogados-de-Ofício da Justiça Militar;

- A obtenção do terreno para a construção das futuras sedes das 2 (duas) Auditorias da 2ª CJM - São Paulo. O terreno foi gentilmente cedido pelo Ministério da Aeronáutica, no Campo de Marte, e a construção deverá ter o financiamento da Caixa Econômica Federal. O projeto está em andamento;

- A obtenção de um terreno Jurisdicionado pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, posicionado à rua Santa Luzia, entre a Santa Casa e o III Comar, para a construção da futura sede das Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, visando a solucionar, em definitivo, este problema. Os entendimentos foram iniciados;

- A elaboração do regulamento do STM. Já aprovado pela Corte;

- A retomada da edição da revista do STM e a criação da Revista de Jurisprudência da Justiça Militar, cujo primeiro número foi distribuído nesta segunda quinzena de março;

- A realização de um ciclo de palestras a cargo de eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e desta Casa, sobre assuntos de natureza jurídica e administrativa do interesse da Justiça Militar;

A assinatura de importantes convênios com o Ministério do Exército, para o apoio ao Tribunal, na administração de obras de construção e de conservação, e com a Sociedade de Habitação da Secretária Social do Distrito Federal - (SHIS) para a aquisição da casa própria pelos servidores da Justiça Militar residentes em Brasília.

Senhoras e Senhores. Desculpem-me pela cansaço dessa prestação de contas, destituída de qualquer emoção, mas que me senti na obrigação de apresentá-la como um dever e, também, como uma homenagem a todos aqueles que comigo compartilharam das incertezas do dia-a-dia e das alegrias dos resultados alcançados.

Resta-me, por fim, concluir, agradecendo, de primeiro, à dedicada companheira, de mais de 40 anos de convivência - minha esposa Corina, em quem me apoiou nas horas difíceis e que muito me ajudou, assumindo e realizando várias atividades sociais, relacionadas com a Presidência.

Agradeço aos meus estimados pares, pela compreensão e pelo apoio com que, permanentemente, me distinguiram e, em especial, ao meu Vice-Presidente, o caro amigo Ministro ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA. Agradeço aos doutores Juizes-Audidores e Juizes-Audidores Substitutos, Advogados-de-Ofício e Advogados-de-Ofício

Substitutos, pela maneira correta e profissional com que se houveram em suas atividades judiciais e administrativas, tomando agradáveis e fáceis nossas ligações e entendimentos.

Agradeço aos meus auxiliares imediatos e aos demais servidores do Tribunal e das Auditorias pela dedicação ao trabalho, pela maneira disciplinada e correta com que cumpriram suas obrigações e pela lealdade à instituição cooperando assim, para que nossa administração se realizasse com tranquilidade e com a possível eficiência.

Agradeço aos ilustres Ministros de Estado da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Excelentíssimos Senhores Almirantes-de-Esquadra Flores e Ivan Serpa, Generais-de-Exército Tinoco e Zenildo e Tenentes-Brigadeiros Sócrates e Lobo e ao Ministro Chefe do EMFA, General Veneu, pela compreensão e pelo inestimável apoio que me proporcionaram. Agradeço aos eminentes presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, pelo elevado nível de entendimento e de cooperação que comigo mantiveram. Agradeço, finalmente, a Deus, por ter me concedido a saúde necessária para enfrentar o labor diário, a vontade e a disposição de espírito indispensáveis para levar a cabo os projetos e as atividades que constituíram minha contribuição maior para a modernização, a eficiência e o engrandecimento de nosso Tribunal e Auditorias.

Sem a conjugação de todos esses elementos, não poderia, a administração que se despede, cumprir a gestão que lhe foi outorgada por este plenário, nos precisos limites que lhe foram traçados, por delegação desta Corte.

Volto a me sentar em minha antiga cadeira neste Plenário, com a consciência do dever cumprido, certo de tudo haver feito no sentido de bem servir à causa da Justiça Militar, sem excessos, mas sem fraquezas.

Obrigado pela presença de todos*.

Em seguida, o Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar procedeu à leitura do Termo de Posse do Exmº Sr Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar CHERUBIM ROSA FILHO.

Após a leitura do Termo de Posse e a coleta das respectivas assinaturas, o Exmº Sr Ministro General-de-Exército HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA declarou o Exmº Sr Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar CHERUBIM ROSA FILHO empossado no cargo de Presidente do Superior Tribunal Militar.

Logo após, o Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar procedeu à leitura do Termo de Posse do Exmº Sr Ministro Doutor EDUARDO PIRES GONÇALVES no cargo de Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar.

O Ministro-Presidente, Tenente-Brigadeiro-do-Ar, CHERUBIM ROSA FILHO, declarou o Exmº Sr Ministro Doutor EDUARDO PIRES GONÇALVES empossado no cargo de Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar e, em seguida, concedeu a palavra ao Exmº Sr Ministro General-de-Exército JORGE JOSÉ DE CARVALHO que, em nome do Tribunal, saudou os Ministros recém-empossados nos seguintes termos:

*Exmº Sr Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar CHERUBIM ROSA FILHO

Distinguido pelo Plenário desta Corte de Justiça com o convite para saudar V. Exª na oportunidade em que é empossado no elevado e nobre cargo de Presidente do Superior Tribunal Militar para o biênio 93/94, recebo esta incumbência com plena consciência da minha responsabilidade em ser fiel ao momento que ora vivemos de satisfação por vê-lo eleito por unanimidade para responder pela nobre missão de administrar a Justiça Castrense do nosso País.

Colega e amigo de V Exª desde os bancos escolares da saudosa Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos, trilhamos juntos caminhos semelhantes as vezes até nos substituindo em cargos de mais elevada importância no contexto da Aeronáutica Brasileira. Através dos nossos quase 50 anos de carreira militar assistimos V Exª desenvolver uma atividade profissional dedicada ao Serviço da nossa Instituição e a vida de V Exª logo tornou-se um livro aberto às gerações mais jovens, cheio de exemplos dignificantes de honradez.

Porém não há fato que releve na vida de V Exª com maior felicidade e conhecimento profissional de causa para ressaltar as virtudes morais e profissionais de V Exª do que o consagrado resultado da eleição para presidir este Tribunal.

Estamos seguros de que V Exª procurará atualizar as rotinas de trabalhos administrativos, racionalizar em bases realísticas a elaboração dos planos e introduzir técnicas adequadas no controle e na coordenação das complexas atividades da Justiça Militar, pois somente assim entendemos que será possível alcançar os objetivos colimados dentro de um salutar e profícuo ambiente de trabalho. Conhecendo o temperamento dinâmico de V Exª estamos seguros que nos dois anos que vão decorrer assistiremos o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho da nossa Justiça, cuja velocidade e exatidão nos transmitem o orgulho de a ela pertencer.

Indispensável no contexto do judiciário brasileiro a Justiça Militar como um dos seus componentes haverá de saber conviver sob a orientação de V Exª e o Plenário desta Casa com os demais Tribunais na busca de soluções que venham de encontro aos interesses do serviço e do pessoal que se dedica ao engrandecimento e a manutenção do respeito pelas decisões emanadas do Poder Judiciário. Sem dúvida V Exª se constitui para nós na tranquilidade e na segurança de que nossos interesses profissionais e de ordem pessoal serão estudados e apresentados a este Plenário sempre a luz da razão e da mais elevada Justiça.

As Forças Armadas do nosso País saberão continuar a reconhecer a importância, para elas do funcionamento ordeiro e seguro da Justiça Militar. A história já se incumbiu de mostrar o acerto da decisão de criar este Tribunal no ano de 1808, portanto há quase duzentos anos, e todos nossos contemporâneos são testemunhas vivas dos serviços prestados a Nação nos anos difíceis da vida política brasileira.

As Forças Armadas Brasileiras jamais foram meras expectadoras da conjuntura Nacional, dela participaram e participam garantindo o cumprimento da Constituição Federal e nós do Poder Judiciário, nos orgulhamos de ser muitas vezes o fiel da balança que sustenta a ordem, a segurança e o progresso.

O conceito atual de segurança já extrapolou a visão eminentemente militar, para se transformar numa preocupação real de todas as forças produtivas do País.

Eminentes Ministros Ten Brig ROSA FILHO e EDUARDO VICTOR PIRES GONÇALVES neste momento queremos homenagear todos os membros desta Casa inclusive os que já deixaram por força de lei o serviço ativo, e se aposentaram. Com eles muito aprendemos e a eles devemos o lugar de honra que a Justiça Militar ocupa no contexto do Judiciário Brasileiro.

Formulamos a V Exªs nossos sinceros votos de saúde pessoal e de sucesso no trabalho e que ao lado de suas respectivas Famílias, e a participação permanente deste Plenário, Deus permita que V. Exªs cumpram tão nobre missão que hoje lhes confiamos.*

A seguir, o Exmº Sr Ministro-Presidente concedeu a palavra ao Exmº Sr Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr MILTON MENEZES DA COSTA FILHO, que falou em nome do Ministério Público Militar:

*Hoje, encerra-se uma das mais profícuas administrações desta Corte, a que a Instituição do Ministério Público Militar já assistiu.

Com o denodo dos que buscam no ótimo, o instrumento vital ao próprio ser; com a pertinácia de quem desbrava o impossível para demonstrar que ele não existe; com a audácia do bravo, a coragem do empreendedor, ainda que com a prudência aparentemente contraditória dos que crêm nas suas possibilidades reais. O Eminentíssimo Ministro ERICHSEN conseguiu realizar, com a marca de sua personalidade, obras que atingem todos os campos da administração deste Tribunal. O aperfeiçoamento da informatização dos trabalhos; a nova sede da Representação do Rio de Janeiro, são exemplos pinçados de tantas outras realizações.

Na inquietação de quem quer mais, *pari-passu*, o Presidente que hoje sai, impôs um ritmo de passo firme, conduzindo a Corte a ativar o Processo Legislativo, com o envio de projetos de real valor para a Justiça Militar, bem ainda, dinamizando o colegiado para a conclusão em breve do necessário anteprojeto do Código Penal Militar.

Nada, absolutamente nada, pois, passou em branco, tudo sentiu o peso do administrador que veio, não para modificar objetivando, tão-somente, o ar de presença que não enobrece quando desnecessário, mas sim, para criar ou aprimorar cada vez mais, o que já havia sido feito.

Simbolicamente, dir-se-ia que a nau, mais que centenária, foi como que sacudida por um vendaval, com ventos de popa e proa, conduzindo-a para o porto seguro que merece.

Agora, em torno da abita, são dadas voltas à amarra e a âncora foi lançada, diante da missão de comando cumprida.

A partir de agora, no mesmo simbolismo, tudo se transmuda em aeronave. O "check-up" de cabine não é necessário, pois ela foi deixada conscientemente perfeita; a autorização da torre já foi dada pelo Plenário, com o processo eletivo; fez-se presente o livre à tomada de posição na cabeceira da pista; as manetes estão sendo avançadas pelo novo comandante e, finalmente, os manches serão puxados para o ganho das alturas, na busca de outras empreitadas administrativas.

As mãos firmes do praça de abril de 1945, que, em 25 de novembro de 1985, atingiu o ponto mais avançado da carreira, dominam a aeronave, numa antevisão de um voo de sucesso, com pouso em 1995, tudo avalizado por quem tanto já administrou, desde comandante de grupos de aviação à Chefia do Estado-Maior da Aeronáutica.

No céu, turbulências naturais do processo democrático, por certo advirão.

Na reforma constitucional e/ou na reformulação de normas subjetivas penais militares, cumulus nimbue se formam, ocasionados por mal informados que procuram contestar até mesmo a posição da Justiça Militar, em sua plenitude, no Poder Judiciário. Injustamente, transplantam para a Justiça Militar Federal os reflexos negativos de conflitos entre polícias militares estaduais e civis, cuja competência nem mesmo a ela pertence.

O novo Estatuto da Magistratura, cuja tramitação legislativa presentemente ocorre, acarretará significativas modificações; o novo Código Penal Militar garimpado, artigo por artigo, em sério estudo interno nesta Corte, estará no Congresso Nacional em breve. Tudo isto impõe à Presidência da Corte a constante presença viva nos acontecimentos e, em consequência, a habilidade necessária para a dirimência dos problemas que por certo se farão sentir.

Mas, conhece-se o bravo pela razão direta da dificuldade do embate. A mansidão do regato não se coaduna com a avidez do rio que procura chegar ao oceano das realizações que dignificam.

O Tenente-Brigadeiro ROSA FILHO desdenha, como atesta seu passado, da mansidão do regato quase amorfo, pois é um apaixonado das alturas, onde o desafio ocupa o lugar da acomodação que sufoca o talento. O piloto de caça com suas 9.000 horas de voo, hoje emérito magistrado, por certo, saberá conduzir a carlinga desta Corte, através da rota do seu grande destino, sob a proteção do Criador.

Nesta missão honrosa, contará com a colaboração do eminente Vice-Presidente, Ministro EDUARDO PIRES GONÇALVES, como, igualmente, o Ilustre Ministro HAROLDO ERICHSEN contou com o irrestrito apoio do nobre Ministro ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA.

Por tudo que foi dito, aos que saem, a reverência que se presta ao homem público que dignificou o seu munus e os agradecimentos do Ministério Público Militar pelas gentilezas das quais foi alvo; aos que ora são empossados, além da certeza do sucesso naquilo que se propõem, a segurança de que, a cordialidade, a recíproca e alta compreensão entre a instituição que chefiamos e esta Corte maior castrense, não sofrerão qualquer solução de continuidade, já que, juntamente com a émerita classe dos Advogados, a Magistratura e o Ministério Público Militar, são os holofotes, e somente eles, capazes de iluminarem o canto escuro dos que têm sede de justiça e porque têm, confiam; e porque confiam efetivamente aqui encontram.

Obrigado."

Em seguida, o Exmº Sr Ministro-Presidente concedeu a palavra ao Exmº Sr representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor AMAURI SERRALVO, que assim se expressou:

"Exmº Senhor Presidente do Egrégio Superior Tribunal Militar

Um fato rotineiro na vida dos militares, a mudança de comando, torna este momento sem maiores expectativas aos senhores, na sua maioria forjados no cotidiano da caserna e portanto acostumados com o fato. Entretanto, para nós advogados, de formação completamente diferente, é sempre uma expectativa ambígua, pois ao mesmo tempo em que se nos antepõe a sábia perspectiva de uma nova administração, sangue novo, contrapõe-se a tristeza do afastamento de um administrador que tem primado sua gestão pela serenidade, segurança e competência na condução dos destinos desta colenda Corte.

Dir-se-ia que também é rotineira para nós a posse dos novos administradores da Justiça nos Tribunais, entretanto, mostra a nossa vivência que embora sábia a renovação dos gestores dos órgãos da justiça, muitas vezes tem esta se mostrado ineficiente, gerando uma expectativa ou uma ansiedade em todos aqueles que dependem da sua atuação.

Ademais, existe um aspecto muito peculiar nesta solenidade de hoje, eis que estamos nos despedindo de um Presidente que primou sua gestão pela lhanza no trato com os advogados, aliás seguindo rigorosamente a tradição da Corte, e que sempre demonstrou firmeza de caráter, retidão nas suas atitudes, cultura jurídica invejável e, principalmente, humildade nos grandes momentos da sua vida. Ao nosso ver, tem o Presidente ERICHSEN DA FONSECA o perfil do grande juiz que transmutou-se no administrador sereno, seguro, firme e corajoso.

Tenho afirmado sempre que o maior orgulho da minha vida, sem dúvida alguma, foi ter assumido a Presidência da Seccional do Distrito Federal da OAB. Essa condição possibilitou-me por diversas vezes ocupar esta tribuna para participar de grandes e saudosos momentos deste Tribunal. Entretanto, em decorrência da natural necessidade de renovar-se os quadros da ordem, desde há algum tempo não tinha eu a alegria de representar os advogados, o que aumenta o gaudío desta hora quando aqui compareço por estar o nosso Presidente Eadras Dantas de Souza, absolutamente impossibilitado de fazê-lo, o que seria do seu inteiro agrado, em virtude de problemas de saúde sem grande gravidade ressaltar-se, mas realmente impeditivos do seu comparecimento, e que o levaram a designar-me para falar em nome dos advogados nesta solenidade, com muita alegria para mim.

Como disse, é sempre com grande satisfação que tenho a honra de aqui comparecer para participar desses momentos tão expressivos da Justiça Castrense, principalmente hoje quando, ao lado de recebermos com muita esperança a assunção à curul presidência do eminente senhor Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar CHERUBIM ROSA FILHO, temos a obrigação de ressaltar a grande administração desse magnífico brasileiro que é o senhor Ministro HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA.

Não quero que a minha amizade e particular admiração que nutro pelo Presidente ERICHSEN possa influenciar um juízo imparcial que sou obrigado a fazer neste momento. Lembro, mais uma vez, na estela do grande mestre Charmandrei, que são os advogados os juizes dos juizes. Portanto, tenho agora que emitir juízo sem contudo deixar que a emoção e a amizade possam alterar o meu veredito, tomando-o nulo pela suspeição.

Realmente é muito fácil falar algo em homenagem ao Presidente ERICHSEN que hoje deixa a Presidência desta augusta Corte. Neste intuito, tomo ânimo, acalentado não só pelas virtudes que adornam sua rica personalidade, como também, em particular, pelo especial respeito que nutro por S Exª. O seu rico currículo fica

pequeno diante da dimensão da sua invejável personalidade e da tenacidade com que busca realizar as suas idéias. Por exemplo, ao assumir a Presidência, elegeu metas que serviriam como diretrizes à sua administração, perseguindo-as com tenacidade até vê-las todas realizadas naquilo que lhe competia. Foram elas a elaboração do novo Código Penal Militar e do de Processo Penal Militar, aliás de imprescindível atualidade, a informatização de todo o sistema judiciário e administrativo da Justiça Militar, a reestruturação do Superior Tribunal Militar e das Auditorias Militares, e o treinamento e o aperfeiçoamento dos magistrados e dos serviços auxiliares. Conseguiu S Exª dar curso a todas as suas idéias, e concretizá-las em sua plenitude.

Além dessas, muitas outras realizações foram alcançadas entre as quais podemos destacar o I Encontro de Magistrados da Justiça Militar, o início da construção de duas escadas de incêndio no edifício-sede do STM, o início da construção de um auditório e novo salão de honra, novo local para concentração das seis Auditorias sediadas no Rio de Janeiro, a retomada da edição da Revista do STM e a criação da Revista de Jurisprudência da Justiça Militar, a realização de um ciclo de palestras a cargo de eminentes Ministros dos nossos Tribunais Superiores, bem como assinatura de importantes convênios com o Ministério do Exército para o apoio ao Tribunal na realização de obras de construção e conservação, e com a SHIS para a aquisição da casa própria pelos servidores da Justiça Militar residentes em Brasília.

Todas essas importantes conquistas tão necessárias e imprescindíveis à consecução dos objetivos da gloriosa Justiça Castrense e que a engrandecem e tomam-na mais merecedora dos enclaves e do respeito que os advogados e a sociedade brasileira tem por ela nutrido.

Receba, eminente Presidente HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, o fraternal abraço e o carinho dos advogados que ora tenho a honra de representar, certo de que o reconhecimento pelo seu trabalho e dedicação recebem nossa imorredoura gratidão e o mais profundo respeito por tudo que V Exª conseguiu realizar em sua profícua gestão.

Importante destacar que todo esse trabalho não teria obtido êxito não fora a colaboração eficiente e amigável que V Excia recebeu do não menos eminente Ministro ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA que ao seu lado ajudou-o na Vice-Presidência da Corte, razão pela qual, com muita alegria, nós advogados queremos estender-lhe o agradecido e afetuoso abraço.

Exmº Sr Tenente-Brigadeiro-do-Ar CHERUBIM ROSA FILHO, detém V Exª todas as nossas expectativas e esperanças neste grato e especial momento da sua gloriosa carreira. Com efeito, os seus mais de quarenta e cinco anos de serviço, aliados ao seu invejável currículo, tornam-no merecedor de toda a nossa confiança, na certeza de que a eficiente administração anterior será o marco inicial de novas e importantes conquistas para a justiça castrense.

Agrada-me verificar que V Exª, também paulista, nasceu em Sorocaba, muito perto da minha terra e que também é do mês de setembro, o que nos aproxima, como feliz coincidência.

Os cursos realizados por V Exª no Brasil e no exterior, bem evidenciam sua rica personalidade, e nos dão a segurança de que os destinos da justiça castrense estão entregues a uma pessoa de reconhecida competência que, ao lado de haver merecido a confiança dos seus pares, tinha a predestinação das grandes realizações.

É importante também destacar as inúmeras condecorações que V Exª recebeu já aqui destacadas e que certamente vem evidenciar o alto valor e o mérito que cercam vossa respeitada e simpática pessoa.

A invejável experiência que V Exª como homem da caserna por certo obteve nas incontáveis funções que desempenhou na sua irrepreensível vida pública, deixa a tranqüilidade de uma administração correta, segura, voltada para os interesses da justiça; para o que contará, sem dúvida alguma com o auxílio e a competência do Vice-Presidente Ministro EDUARDO PIRES GONÇALVES que neste momento assume com V Exª a responsabilidade de dirigir os destinos da Justiça Militar Brasileira.

Excelentíssimos Senhores Ministros Tenente-Brigadeiro-do-Ar CHERUBIM ROSA FILHO e Dr EDUARDO PIRES GONÇALVES, recebam o cordial abraço dos advogados que ora se aliam aos seus incontáveis amigos para, em uma corrente positiva, voltar o pensamento ao Criador, a fim de que Ele, na sua infinita bondade os auxilie na árdua missão que a partir de agora abraçam com competência e determinação.

Muito obrigado."

A seguir, o Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente, Tenente-Brigadeiro-do-Ar CHERUBIM ROSA FILHO, assim se pronunciou:

"Minhas Senhoras, Meus Senhores.

"Por seis julgamentos passou Cristo, três às mãos dos judeus, três às dos Romanos, e em nenhum teve um Juiz. Aos olhos dos seus julgadores refugiu sucessivamente a inocência divina, e nenhum ousou estender-lhe a proteção da toga. Não há Tribunais que bastem para abrigar o Direito, quando o dever se ausenta da consciência dos Magistrados" (Ruy Barbosa - O Justo e a Justiça Política - 31 Março 1899).

Eis-me aqui, perante esta distinguida platéia para encetar uma nova e jamais esperada etapa em minha carreira, a de Presidente da mais antiga Corte de Justiça do País: O Superior Tribunal Militar.

Meu coração e minha alma são, somente, agradecimentos e creio que este sentimento é compartilhado pelo digníssimo Ministro Dr EDUARDO VICTOR PIRES GONÇALVES, que hoje, comigo, toma posse na nobilitante função de Vice-Presidente.

Inicialmente devo agradecer aos Eminentíssimos Ministros Gen Ex HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA e Ten Brig do Ar JORGE JOSÉ DE CARVALHO, ao Exmº Sr Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr MILTON MENEZES DA COSTA FILHO, adlustrado Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr AMAURI SERRALVO, pelas palavras amáveis e bondosas, as quais considero mais como fruto da generosidade de suas Excelências do que mérito deste destinatário.

A todos, eu e o eminente Ministro Vice-Presidente, agradecemos as demonstrações de afeto e de carinho.

Também vão nossos agradecimentos pelo comparecimento das autoridades aqui presentes ou representadas, e cujo calor humano transforma esta solenidade em momento tão importante de nossas vidas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Agradeço, agora, de forma especial aos meus eminentes pares, os quais, no ano em que se comemora o centésimo oitogésimo quinto aniversário desta Egrégia Corte, - 185 anos! - Nos conduziram, a mim e ao eminente Ministro Dr EDUARDO, à Presidência e à Vice-Presidência do pretório militar. No meu caso, certamente, esta escolha teve o bafejo dos desígnios de Deus, além da vontade dos eminentes Ministros desta Corte.

E é assim, unido pela Providência Divina, em trama com os componentes deste Egrégio Tribunal, que me vejo alçado à condição de Presidente do Superior Tribunal Militar para o biênio que hoje se inicia. Esta incumbência eu a encaro sob diversos aspectos.

Em primeiro lugar, a satisfação e o orgulho pela honraria com que me privilegiou o Plenário, em Sessão de 17 de fevereiro passado, confiando a mim e ao Ministro EDUARDO a importante e desafiadora missão de administrar a Justiça Militar, tarefa que, para bem executá-la, desde já podemos assegurar a todos aqueles de alguma forma envolvidos com a Justiça Castrense: - Nos empenharemos da forma mais completa e cabal.

Particularmente para este soldado a Investidura no cargo de Presidente da mais alta Corte da Justiça Militar do país representa um galardão pelo qual já não mais esperava.

Após cumprir as mais diversas e dignificantes funções dentro da minha Força Aérea, tive a honra de ser indicado para compor este Tribunal, julgando que, encerraria a minha carreira como Ministro desta Corte.

Entretanto, a urdidura do destino quis atribuir a este velho aviador mais esta missão, e aqui estou hoje, humildemente curvado para cumpri-la.

Aspecto importante que esta nova tarefa encerra está intimamente ligado com o mandamento maior determinando uma revisão constitucional, o que importa dizer que certamente o Poder Judiciário estará novamente sob o crivo do Congresso Nacional e, no seu bojo, a própria Justiça Militar.

Será um trabalho árduo para o nosso parlamento, sob as pressões de diversos segmentos da sociedade brasileira, algumas legítimas, outras espúrias.

É dentro desta ótica que deveremos estar atentos para que as revisões porventura cogitadas para esta Corte, tenham por escopo a execução da Justiça, sob o manto do Direito.

E é na identificação destes caminhos que espero contar com a visão preclara e incisa dos eminentes Ministros deste Superior Tribunal Militar, cujos conhecimentos, experiências e inteligências não de, somados e em interação, se converter no grande vetor a impulsionar os trabalhos da Presidência.

Nessa empreitada, muita coisa há por fazer, destacando-se a atualização dos Códigos da Justiça Militar, a sua reestruturação e, também, as sugestões para o Estatuto da Magistratura, ora em apreciação pelo Poder Legislativo, com o propósito cristalino e transparente de assegurar o exercício da Justiça, sem macular os princípios do Direito. Mas tudo permeado por processos mais ágeis e desvinculados da morosidade que faz do judiciário brasileiro o estuário natural de um dos maiores reclamos da nossa sociedade.

Há de se pensar numa forma moderna de se distribuir a Justiça, sem cerceamento do direito das partes.

Sou dos que comungam a tese de que o consagrado jargão - A Justiça tarda mas não falha - É um epíteto que só desonra a Justiça: Se tarda é porque já é feita.

Recordo-me bem das palavras do eminente Ministro Sidney Sanches, ao assumir a Presidência do Excelso Pretório, dizia sua Exª, à época, referindo-se à morosidade da Justiça: "O retardamento da Justiça deve-se igualmente ao número infundável de recursos, que cada decisão, sentença ou acórdão propiciam, em intermináveis instâncias de conhecimento e execução".

Sabemos das inúmeras causas que estão a tornar a Justiça morosa. Mas se todos nós sabemos, já é um passo para, atuando em algumas causas, diminuirmos os seus efeitos.

Qualquer que seja o desafio valerá tentar.

Qualquer que seja o obstáculo valerá insistir.

Qualquer que seja o resultado valerá o começo.

É dentro desses matizes que pretendo conduzir os destinos desta Corte nos próximos dois anos.

Tarefa difícil de realizar, quando se sucede a nomes como os dos insígnis Ministros Almirante-de-Esquadra RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO e General-de-Exército HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, militares ilustres e brilhantes magistrados que emprestaram à administração deste Tribunal todo o vigor de suas potencialidades e todo o brilho de suas inteligências.

Ao Ministro BRANCO coube a primazia de iniciar o processo de informatização deste Tribunal, sem prejuízo de outras tarefas igualmente importantes.

Ao suceder-lhe, o Ministro ERICHSEN deu continuidade àquela tarefa, implantando a informática na Justiça Militar, de forma coerente e sistemática. Mais ainda, S Exª iniciou a atualização dos nossos Códigos e a reorganização administrativa do STM.

A mim caberá a missão de concluir essa implantação, o que farei adotando uma política de prosseguimento dos critérios técnicos acolhidos pelos meus antecessores, para que não ocorra solução de continuidade, e se possa abreviar o tempo de operacionalização total da informática no STM.

No que concerne à reorganização administrativa e atualização dos nossos códigos deveremos estar atentos para que as soluções encontradas representem modernização e adequação à Carta Magna de 1988.

Para tanto, a minha política será pautada pela continuidade administrativa.

Para cumprir tão variadas tarefas devo socorrer-me de inúmeras colaborações, a começar pela ajuda dos meus pares e dos integrantes da Primeira Instância da Justiça Militar, bem como, de todos os que trabalham neste Tribunal.

Nessa tarefa desejo que o exemplo dos que nos antecederam sirva de norte para o nosso trabalho.

Desejo que o vigor do espírito paire acima de questões menores.

Desejo que a força e a tenacidade se unam constituindo o ilame que assegure a harmonia da ação.

Desejo a razão como primeira autoridade e a autoridade como última razão.

E desejo que este Tribunal continue a ser honrado como sempre foi, motivo de orgulho da sociedade e de esperança para aqueles que, à sua porta, procuram a Justiça.

Esta é a mensagem que trago neste momento de compromisso:

Compromisso de homem, perante a sociedade;

de soldado, perante as instituições;

de magistrado, perante a minha consciência.

Finalmente, assumo a Presidência desta Corte Castrense com a cabeça de Magistrado, mas, ainda, com a alma de soldado! Desta simbiose - Magistrado e Soldado - Espero eu, que o pleno fluxo do Direito e da Justiça continue a se fazer presente neste Tribunal.

Ao renovar os meus agradecimentos pela presença dos que aqui vieram valorizar esta cerimônia, desejo destacar de forma especial a do Exmº Sr Ministro da Justiça Dr MAURÍCIO JOSÉ CORRÊA, digníssimo representante do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Que Deus ilumine a mim, e ao Ministro EDUARDO, pela missão que hoje se inicia com esta solenidade.

Muito obrigado."

A Sessão foi encerrada às 19:00 horas.

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

SEÇÃO DE ATAS

PAUTA Nº 048

- APELAÇÃO Nº 46.912-7 - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Adv Dr Ariosvaldo de Gois Costa Homem.

- APELAÇÃO Nº 46.877-5 - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Adv Dr Adhemar Marcondes de Moura.

- APELAÇÃO Nº 46.891-0 - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Advª Drª Adelcy Maria Rocha Simões Correa.

- APELAÇÃO Nº 46.868-4 - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro Luiz Leal Ferreira. Advs Drs Wadyson Camel e Deusangelia Cruz Pontes da Silva.

- APELAÇÃO Nº 46.871-4 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Adv Dr Sérgio Alexandre Menezes Habib.

- APELAÇÃO Nº 46.894-3 - Relator Ministro Paulo César Cataldo. Revisor Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Adv Dr Fernando José Alves de Souza.

REPUBLICAÇÃO

- APELAÇÃO Nº 46.920-6 - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro Luiz Leal Ferreira. Advs Drs João Thomas Luchsinger e Suely Pereira Ferreira. (REPUBLICA-SE, POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO NA PAUTA Nº 047, PUBLICADA NO DJ 080, DE 30.04.93).

Brasília-DF, 30 de abril de 1993

ELIZIÁRIO ROCHA
Chefe da SEATA.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 121, DE 29 DE ABRIL DE 1993

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar o Doutor FRANCISCO ADALBERTO NÓBREGA, Subprocurador-Geral da República, para officiar em processos da competência da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

Procuradoria da República no Distrito Federal

PORTARIA Nº 12, DE 27 DE ABRIL DE 1993

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 754, de 10 de novembro de 1987, do Senhor Procurador-Geral da República, resolve

Designar o Dr. CARLOS ALBERTO CARVALHO DE VILHENA COELHO, Procurador da República de 1ª Categoria, para acompanhar a Inspeção Anual dos Serviços da 18ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, no período de 10 a 18 de maio de 1993, com início previsto para às 09:00 horas do dia 10 de maio de 1993.

I'TALO FIORAVANTI S. MENDES

Procuradoria da República em Rondônia

PORTARIA Nº 02, DE 19 DE ABRIL DE 1993

O Procurador da República, em exercício na Procuradoria da República no Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições constitucionais;